



# ESTALEIROS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.628.613/0001-42

Demonstrações contábeis dos exercícios em 31/12/2020 (Em milhares de reais, Exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado do Exercício e dos Resultados Abrangentes				
Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	2020	2019	Operações continuadas	2020	2019
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>			Receita líquida (Nota 18)	234.226	145.319
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	52.982	7.691	Partes relacionadas (Nota 10)	36.827	47.206	Custos dos serviços prestados (Nota 19)	(185.921)	(103.698)
Contas a receber (Nota 4)	191.761	113.805	Fornecedores (Nota 11)	26.521	15.203	<b>Lucro bruto</b>	<b>48.305</b>	<b>41.621</b>
Estoque (Nota 5)	80.817	84.968	Obrigações com terceiros (Nota 5)	50.474	76.506	Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(39.594)	(13.407)
(-) Provisão para perdas (735)	(735)	(735)	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 12)	20.897	10.544	<b>Lucro operacional</b>	<b>8.711</b>	<b>28.214</b>
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	29.120	25.451	Tributos a recolher (Nota 13)	4.847	3.038	Despesas financeiras	(665.391)	(281.927)
Impostos a recuperar (Nota 7)	40.037	70.111	Adiantamento de clientes (Nota 14)	203.981	67.003	Receitas financeiras	200.775	194.948
Outros ativos	5.234	3.173	Provisões (Nota 15)	30.715	32.504	<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 21)</b>	<b>(464.616)</b>	<b>(86.979)</b>
	<b>399.216</b>	<b>304.464</b>	Arrendamentos (Nota 16)	-	41	Outras receitas operacionais	1.568	800
				<b>374.262</b>	<b>252.045</b>	<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(454.337)</b>	<b>(57.965)</b>
			<b>Não circulante</b>			Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 22)	(2.517)	(900)
			Partes relacionadas (Nota 10)	1.656.893	1.203.515	<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(456.854)</b>	<b>(58.865)</b>
			Provisões (Nota 15)	17.372	25.860	Prejuízo por quota de capital	(7,77)	(1,02)
			Arrendamentos (Nota 16)	-	8	<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>		
				<b>1.674.265</b>	<b>1.229.383</b>	Prejuízo do exercício	(456.854)	(58.865)
						Resultado abrangente do exercício	(456.854)	(58.865)
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido (Nota 17)</b>					
Outros ativos	662	662	Capital social	58.828	57.749			
<b>Investimentos</b>			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.279			
Imobilizado (Nota 8)	322.758	309.444	Prejuízos acumulados	(1.384.688)	(927.834)			
Intangível (Nota 9)	31	52	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(1.325.860)</b>	<b>(866.806)</b>			
	<b>322.789</b>	<b>309.496</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>722.667</b>	<b>614.622</b>			
	<b>722.667</b>	<b>614.622</b>						

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

### 1. Contexto operacional:

A Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR") foi constituída em 6/06/2008, com sede social em São José do Norte, Rio Grande do Sul, tendo por objeto social as seguintes principais atividades: (a) A construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo; (b) Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; (c) Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás. A EBR é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A (TSPI), empresa que faz parte do Grupo Toyo Setal, associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Grupo Setal, do Brasil) e a Toyo Engineering Corp. (do Japão).

#### 1.1 - Projetos: Petrobrás - P74:

No dia 08/02/2018 foi emitida a NF de Exportação referente à venda da unidade Petrobras 74 ("P-74") objeto principal do contrato vigente com o cliente Petrobras Netherlands BV. No dia 23 de fevereiro a P74 deixa o cais do EBR em direção à bacia de Campos, dando por concluída, de forma antecipada, a fase de construção (onshore). Inicia-se a partir de então a fase de cobertura, acompanhamento e garantia (offshore) para o início das operações pelo período de 270 dias, ainda objeto do contrato original. Em 30/09/2019, a EBR assinou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS, no valor original global de R\$28.147, para fornecimento de bens e prestação de serviços de garantia de integridade do sistema de alívio das plataformas P-74, P-75, P-76 e P-77, com prazo de conclusão de 180 dias.

**MODEC:** Em 18/04/2019, a EBR assinou contrato com a MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd, no valor original de R\$950, para reparos na torre de flare e conversão do tanque vazio a bordo da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Cidade de Caraguatuba MV27. Em 24/05/2019, a EBR assinou contrato com a MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd, no valor original de R\$95.000, para a fabricação dos módulos topside 6P1 e 7P1 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Guanabara MV31, com entrega concluída em 23/01/2020. Em 20/12/2019, a EBR assinou contrato com a MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd, no valor original de R\$358.743 para a fabricação dos módulos topside 2P-1, 3P-1, 4P-1 e 6P-1 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Almirante Barroso MV32, com entrega prevista em julho de 2021. **CAMERON:** Em 03/01/2020, a EBR assinou contrato com a Cameron Tecnologia de Controle de Fluxo Ltda, no valor original de R\$124.208 para a fabricação dos módulos topside TS-061 e TS-062 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Sepetiba, com entrega prevista em julho de 2021.

#### 1.2 - Impactos Covid-19:

Adicionalmente, em 30/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somado ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando os possíveis impactos deste surto na posição patrimonial e financeira da EBR, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível, que considera premissas relevantes, como por exemplo, a estimativa de volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano e a postergação ou atraso na execução dos contratos vigentes de longo prazo. Tais premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela EBR com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, considerando especificamente as incertezas relacionadas ao surto do COVID-19, como também as medidas tomadas pela EBR para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Com base nesta avaliação, mesmo considerando a imprevisibilidade da evolução do surto, a Administração concluiu que existem impactos relevantes à capacidade da EBR em continuar operando, e com isso, o pressuposto de continuidade operacional é válido. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nesta premissa. Colocando a saúde e o bem estar de seus funcionários em primeiro lugar, a TSE adotou todas as medidas possíveis de saúde e boa prática de higiene recomendadas pelas autoridades de saúde locais, como o distanciamento social incentivada por meio da implementação do trabalho remoto nesse período.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:

#### a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):

As demonstrações contábeis da EBR referentes ao exercício findo em 31/12/2020, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 18/03/2021. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis).

#### b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo.

#### c) Uso de estimativas e julgamentos:

As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

#### d) Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da EBR é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, e estão apresentadas em milhares de reais.

### 2.1 Principais práticas contábeis adotadas:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A EBR considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem

vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### b) Reconhecimento da receita e dos custos nos contratos de longo prazo:

A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

#### c) Reconhecimento de arrendamentos:

A EBR identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos.

#### d) Transações e saldos em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

#### e) Instrumentos financeiros e derivativos:

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a EBR se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da EBR é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerais em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor.

#### f) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

#### g) Tributação:

**Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - Corrente:**

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente são reconhecidos com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada por estudos e projeções. No encerramento das demonstrações contábeis, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias foram reconhecidos nos ativo e passivo não circulante, os créditos decorrentes de prejuízos fiscais não foram reconhecidos, pois atualmente não há expectativa de realização futura de curto prazo.

#### h) Impostos sobre vendas:

As outras receitas de vendas no mercado nacional estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas em outras receitas na demonstração do resultado. As receitas de exportação inerentes a operação da EBR (nota 18) não estão sujeitas aos impostos e contribuições destacados acima.

#### i) Imobilizado:

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Não foram identificados nas demonstrações financeiras de 2020 e 2019 ajustes a serem contabilizados referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

#### j) Intangível:

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

#### k) Provisões:

A EBR é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
Em 01/01/2019	57.749	3.279	(868.969)	(807.941)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(58.865)	(58.865)
Em 31/12/2019	57.749	3.279	(927.834)	(866.806)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(456.854)	(456.854)
Devolução de AFAC	-	(2.200)	-	(2.200)
Integralização de AFAC em capital	1.079	(1.079)	-	-
Em 31/12/2020	58.828	-	(1.384.688)	(1.325.860)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
<b>Prejuízo do exercício antes dos impostos</b>	<b>(454.337)</b>	<b>(57.965)</b>
Depreciação	11.536	12.248
Amortização	61	108
Variação cambial sobre mútuo com partes relacionadas	395.587	58.287
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	67.791	28.648
Baixa de imobilizado	25	257
Provisões	(10.277)	20.433
	<b>464.723</b>	<b>119.981</b>

Varições nos ativos e passivos	2020	2019
Contas a receber	(77.956)	(61.703)
Estoques	(21.881)	(7.727)
Adiantamento a fornecedores	(3.669)	(3.357)
Impostos a recuperar	30.074	(8.836)
Outros créditos	(2.061)	761
Fornecedores	11.318	8.066
Adiantamento de clientes	136.978	67.003
Obrigações trabalhistas	10.353	6.969
Arrendamentos IFRS 16	(49)	49
Impostos a recolher	(708)	1.692
	<b>82.399</b>	<b>2.917</b>
	<b>464.723</b>	<b>64.933</b>

#### Caixa aplicado nas operações

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2020	2019
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	(24.915)	(4.262)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(24.915)</b>	<b>(4.262)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Devolução de AFAC	(2.200)	-
Mútuos a pagar de partes relacionadas	(20.379)	(60.573)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(22.579)</b>	<b>(60.573)</b>
<b>Fluxo de caixa do exercício</b>	<b>45.291</b>	<b>98</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>7.691</b>	<b>7.593</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>52.982</b>	<b>7.691</b>

As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### m) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:

#### Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS16):

A partir de 1º/06/2020 a IFRS16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguéis recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: i. A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior a alteração; ii. Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30/06/2021 (por exemplo, um benefício concedido a um arrendamento cumpriria essa condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30/06/2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30/06/2021); iii. Não há alteração substancial em outros termos e condições do contrato de arrendamento.

#### 3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Bancos	1.838	2.153
Aplicações financeiras	51.133	5.518
	<b>52.982</b>	<b>7.691</b>

Em 2020, as aplicações financeiras estão efetuadas em Operação Compromissada junto ao Banco Santander, com remuneração de 65% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e com isenção de IOF - Imposto sobre Operação Financeira.

#### 4. Contas a receber:

Circulante	2020	2019
FSPO P-74 (i)	-	26.350
FSPO P-74 (ii)	11.793	142
MV31 (ii)	-	81.892
MV31 (ii)	5.273	-
BDV (ii)	21	5.421
Mero 2 (i)	31.326	-
MV32 (i)	137.216	-
ODS (i)	218	-
Petrobrás COMPERJ (ii)	5.702	-
Outros (ii)	212	-
	<b>191.767</b>	<b>113.805</b>

(i) Saldo de reconhecimento receita de contratos de construção de longo prazo.

(ii) Saldo de contas a receber.

#### 5. Estoques:

Em 2020, a EBR possui o saldo de R\$80.817 (R\$84.968 - 2019) de estoque de materiais, dos quais R\$50.474 (2019 -R\$76.506) referem-se à rubrica de estoques de terceiros em nosso poder relativos aos projetos Cameron Mero 2 e Modec MV32 (2019 - Modec MV31), cuja contrapartida encontra-se devidamente registrada no passivo circulante em obrigações com terceiros.

#### 6. Adiantamentos a fornecedores:

	2020	2019
Fornecedores nacionais	11.616	9.451
Fornecedores estrangeiros	17.504	16.000
	<b>29.120</b>	<b>25.451</b>

#### 7. Impostos a recuperar:

	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	1.208	218
IRPJ e CSLL	723	408
PIS e COFINS	34.719	69.150
Outros Impostos	3.387	335
	<b>40.037</b>	<b>70.111</b>

Em 2019, a EBR reconheceu créditos de PIS e COFINS apurados extemporaneamente, no montante de R\$67.863, submetendo de imediato os respectivos PERDCOMPs. Ato contínuo, a EBR protocolou junto à Receita Federal do Brasil solicitação de ressarcimento via Fast Track, conforme dispõe o Ato Declaratório Executivo COAEF nº 01/2017. Em 31/03/2020, a EBR recebeu a quantia de R\$32.137 referente 50% do pleito objeto do referido pedido na modalidade Fast-Track.

continua...



# ESTALEIROS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.628.613/0001-42

...continuação

8. Imobilizado:	2019	Adições	Baixas	2020
<b>Custo</b>				
Terrenos	54.823	-	-	54.823
Veículos	2.771	156	(183)	2.744
Máquinas e equipamentos	70.701	9.569	-	80.270
Móveis e utensílios	1.924	-	-	1.924
Equipamentos de informática	4.775	323	(25)	5.073
Outras instalações de campo	6.184	28	-	6.212
Prédios - Estaleiro	225.617	-	-	225.617
Benfeitorias em propriedade de terceiros (Cais)	137.675	-	-	137.675
Direito de uso IFRS 16	49	-	(49)	-
Imobilizado em andamento	812	14.799	-	15.611
<b>Total do custo</b>	<b>505.331</b>	<b>24.875</b>	<b>(257)</b>	<b>529.949</b>
<b>Depreciação</b>				
<b>Taxas</b>	<b>2019</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>2020</b>
Veículos	20%	(2.616)	(70)	183
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	(22.097)	(4.898)	-
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.174)	(154)	-
Equipamentos informática	20%	(4.227)	(226)	-
Outras instalações	15% a 20%	(3.995)	(357)	-
Prédios - Estaleiro	2% a 4,5%	(24.103)	(5.782)	-
Direito de uso IFRS 16	-	-	(49)	49
Benfeitorias em propriedade de terceiros (Cais)	20%	(137.675)	-	(137.675)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(195.887)</b>	<b>(11.536)</b>	<b>232</b>	<b>(207.191)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>309.444</b>	<b>13.339</b>	<b>(25)</b>	<b>322.758</b>

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2020 e 2019, a EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (*impairment*) para seus ativos concluindo pela manutenção dos valores de registro.

9. Intangível:	2019	Adições	Baixas	2020
<b>Custo</b>				
Software e licença de uso	1.602	40	-	1.642
<b>Amortização</b>	<b>2019</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>2020</b>
Software e licença de uso	(1.550)	(61)	-	(1.611)
<b>Saldo líquido</b>	<b>52</b>	<b>(21)</b>	<b>-</b>	<b>31</b>

10. Partes relacionadas:	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Toyo Engineering Japan	1.261	1.525
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.	35.566	45.681
	<b>36.827</b>	<b>47.206</b>
<b>Não circulante</b>		
Toyo Engineering Japan	(i) 1.656.893	1.203.515
	<b>1.656.893</b>	<b>1.203.515</b>
	<b>1.693.893</b>	<b>1.250.721</b>

- (i) Operações de mútuo.  
(ii) Operações de compra de equipamentos, contratação de serviços e garantias.  
(iii) Operações de mútuo R\$32.208 (R\$41.736 - 2019) Despesas operacionais compartilhadas R\$3.358 (R\$3.945 - 2019).

11. Fornecedores:	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Nacionais	22.012	10.522
Estrangeiros	4.509	4.681
	<b>26.521</b>	<b>15.203</b>
<b>20. Obrigações trabalhistas:</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários e pró-labore a pagar	3.837	2.632
FGTS	635	441
INSS	2.408	1.850
Provisão de férias, 13º e encargos sociais	4.202	3.381
Provisão para desmobilizações	9.815	2.240
	<b>20.897</b>	<b>10.544</b>

12. Impostos a recolher:	2020	2019
Retenções terceiros (IR, INSS, ISS e PCC)	1.183	726
PIS e COFINS	1.147	701
ICMS	-	711
IRPJ e CSLL	2.517	900
	<b>4.847</b>	<b>3.038</b>

13. Adiantamento de clientes	2020	2019
<b>Circulante</b>		
MODEC Offshore Production Systems (Singapore) Pte Ltd	144.605	67.003
Cameron Tecnologia de Controle de Fluxo Ltda.	58.879	-
ODS do Brasil Sistemas de Medição Ltda.	468	-
Outros	29	-
	<b>203.981</b>	<b>67.003</b>

15. Provisões Circulante	2020	2019
Provisão de custos incorridos	30.715	32.504
<b>Não circulante</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para contingências trabalhistas	9.365	12.218
Provisão para contingências tributárias	8.007	13.642
	<b>17.372</b>	<b>25.860</b>
	<b>48.087</b>	<b>58.364</b>

16. Arrendamentos:	2020	2019
A EBR identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. Em 2020, o saldo de arrendamentos a pagar estava totalmente consumido (2019 - R\$49). Não houve qualquer modificação nos pagamentos de arrendamento em consequência da pandemia do COVID-19.		
<b>17. Patrimônio líquido:</b>		
O capital social em 31/12/2020 é de R\$58.828.528,00 (R\$57.809.195,00 em 2019), representado por 58.828.528 quotas no valor nominal unitário de R\$1 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:		
TS Participações e Investimentos S.A.	58.828.527	1
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.	-	1
	<b>58.828.528</b>	<b>2</b>

18. Receita líquida:	2020	2019
P74	8.999	52.936
MV31	23.408	81.892
BDV	20.627	7.520
MV27	2.667	3.268
Mero 2	31.326	-
MV32	137.216	-
COMPERJ	13.120	-
ODS	218	-
Receita outros projetos	-	1.376
	<b>237.581</b>	<b>146.992</b>

Impostos sobre vendas	2020	2019
ISS	(797)	(270)
PIS e COFINS	(2.155)	(752)
ICMS	(403)	(651)
	<b>(3.355)</b>	<b>(1.673)</b>
	<b>234.226</b>	<b>145.319</b>

20. Despesas gerais e administrativas:	2020	2019
Pessoal, encargos e benefícios	(77.274)	(53.793)
Materiais de consumo	(31.021)	(17.914)
Custo com material aplicado	(51.280)	(11.947)
Serviços de terceiros	(20.101)	(32.015)
Custos operacionais compartilhados TSE	(1.650)	(3.581)
Aluguéis	(2.125)	(2.481)
Depreciação e amortização	(125)	(1.696)
Outros custos	(8.595)	(8.665)
Provisão para perda	-	1.641
Provisão para contingências	6.250	(11.885)
Aproveitamento Crédito PIS/COFINS (Nota 7)	-	38.638
	<b>(185.921)</b>	<b>(103.698)</b>

21. Resultado financeiro líquido:	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	267	68
Rendas pré-fixadas sobre aplicações	951	535
Rendimentos financeiros	437	437
Juros sobre empréstimos de mútuo	-	72
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(73)	(50)
Outros	-	1
	<b>1.582</b>	<b>1.063</b>
Variação cambial ativa	199.193	193.885
	<b>200.775</b>	<b>194.948</b>

22. Imposto de renda e contribuição social corrente:	2020	2019
Juros sobre empréstimos obtidos	(67.792)	(28.648)
Multa sobre atraso de pagamento	(212)	(476)
Tarifas bancárias - IOF	(25)	(185)
	<b>(68.029)</b>	<b>(29.309)</b>
Variação cambial passiva	(597.362)	(252.618)
	<b>(665.391)</b>	<b>(281.927)</b>
	<b>(464.616)</b>	<b>(86.979)</b>

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

- Entendimento e testes de controles internos relevantes relacionados aos procedimentos de compras de materiais e prestação de serviços, a formação dos custos que serão base para a determinação da receita.
- Procedimentos de confirmação de contas a receber, adiantamentos recebidos, além de outras informações importantes do contrato, diretamente com o cliente da empresa.
- Exame documental que suporta o reconhecimento dos custos do projeto.
- Recálculo dos valores que constituem o reconhecimento da receita. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada sobre este assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:**

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19/03/2021.

**IRMÃOSCAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS**  
CRC 2 SP 013.900/O-8  
**Fábio Cerboncini**  
Sócio Contador - CRC 1 SP 079.347/O-3.

2020	2019			
Lucro (prejuízo) do exercício	(377.136)	(79.780)	(102.895)	105.474
(+) Adições definitivas	37.630	14.488	17.434	-
(-) Excluídas definitivas	-	-	-	(1.381)
(+) Adições temporárias	337.341	75.487	89.138	(76.186)
(-) Excluídas temporárias	1.461	(6.476)	(10.807)	(20.807)
<b>Prejuízo ajustado</b>	<b>(704)</b>	<b>3.719</b>	<b>(7.130)</b>	<b>7.100</b>
(-) Compensação prejuízo fiscal	-	(1.116)	-	(2.130)
<b>Lucro fiscal após compensação</b>	<b>-</b>	<b>2.603</b>	<b>-</b>	<b>4.970</b>
A Alíquota de 15%	-	391	-	746
Adicional	-	254	-	491
IRPJ antes dedução PAT	-	645	-	1.237
CSLL antes dedução PAT	-	234	-	447
IRPJ	-	(16)	-	(30)
<b>IRPJ a provisionar</b>	<b>-</b>	<b>629</b>	<b>-</b>	<b>1.207</b>
<b>CSLL a provisionar</b>	<b>-</b>	<b>234</b>	<b>-</b>	<b>447</b>
<b>682</b>				

23. Remuneração do pessoal-chave da administração:	2020	2019
O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2020 a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados monta R\$4.422 (R\$3.502 - 2019) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".		
<b>24. Instrumentos financeiros:</b>		
Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela EBR restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota 3. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2020 e 2019 são Caixa, bancos e aplicações financeiras.		
<b>Risco de crédito:</b>		
A EBR somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a EBR possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.		
<b>Gestão de risco de capital:</b>		
Os objetivos da EBR ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.		
<b>Operações com instrumentos derivativos:</b>		
A EBR não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31/12/2020, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.		
<b>25. Seguros (não auditado):</b>		
O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2020, a EBR apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:		
<b>Bens segurados</b>	<b>Riscos cobertos</b>	<b>Montante da cobertura</b>
Automóveis	Indenização integral	100% FIPE
	Perda parcial	100% FIPE
	Danos materiais a terceiros	R\$1.000
	Danos corporais a terceiros	R\$1.000
	Danos morais	R\$30
Responsabilidade Civil Profissional	Bloqueio e indisponibilidade de bens/danos morais e outros	R\$600
Riscos operacionais	Riscos gerais operacionais	R\$357.500
Casco marítimo	Perda Total, Assistência a Salvamento, Responsabilidade Cível por Abalroação, Avaria Particular	R\$190
	Responsabilidade civil	R\$100
	Cascos e máquinas	R\$1.875
	Danos pessoais	R\$1.500

26. Eventos subsequentes:	2020	2019
Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.		
<b>A Diretoria</b>		
<b>Willians L. Franklin da Rocha</b>		
Contador - CRC/RJ 092631/O-3		

2020	2019	
Quotas	58.828.527	1
	<b>58.828.528</b>	<b>2</b>

2020	2019	
Quotas	58.828.527	1
	<b>58.828.528</b>	<b>2</b>

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19/03/2021.

**IRMÃOSCAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS**  
CRC 2 SP 013.900/O-8  
**Fábio Cerboncini**  
Sócio Contador - CRC 1 SP 079.347/O-3.